

REFLEXÕES SOBRE A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA

Nildo Viana*

A revolução proletária é uma questão fundamental para o marxismo. Diante disso, apresentamos no presente artigo algumas reflexões introdutórias sobre o tema da revolução proletária, que são elementos para o desenvolvimento futuro, caso seja possível, de uma teoria da revolução. Para entender a revolução proletária sob forma mais profunda, é necessário uma base teórica e metódica e por isso partiremos do materialismo histórico e do método dialético e iniciaremos apresentando os conceitos básicos que antecedem a discussão sobre revolução proletária. Após isso, discutiremos a questão das revoluções sociais para, finalmente, tratar da revolução proletária e seus obstáculos, especialmente a contrarrevolução. Nesse sentido, o objetivo das reflexões aqui apresentadas é apresentar uma concepção geral e introdutória sobre a revolução proletária, que é, ao mesmo tempo, um esboço de alguns elementos para a constituição de uma teoria sobre o fenômeno revolucionário.

O tema da revolução já foi abordado sob as mais variadas perspectivas filosóficas, políticas, sociológicas, historiográficas, bem como da ciência política. No entanto, aqui não se trata de abordagem historiográfica das revoluções que ocorreram historicamente, nem de discussão sobre as mais variadas concepções políticas a respeito da revolução (contra ou a favor). Aqui abordaremos o tema da revolução a partir da busca de explicação deste fenômeno, o que requer uma teoria da revolução. Todas as concepções anteriormente citadas podem, de uma forma ou de outra, contribuir para uma teoria da revolução e por isso podem ser aqui citadas e discutidas, mas apenas no sentido de contribuir para a constituição de tal teoria. O foco do presente texto é a revolução proletária, pois é esta que está no horizonte da sociedade capitalista e se anuncia e é a razão de ser para se discutir a

* Sociólogo, filósofo, Militante do Movaut (Movimento Autogestionário).

revolução social. Nesse sentido, a partir de uma breve discussão mais geral sobre revolução, dedicaremos algumas reflexões específicas sobre a questão da revolução proletária.

O Conceito de Revolução

A ideia de revolução, no sentido moderno da palavra, isto é, excetuando o uso da palavra em sociedades pré-capitalistas, nas quais seu significado era radicalmente diferente, inicia-se no próprio bojo das revoluções sociais que assolaram o mundo na época de consolidação da sociedade moderna. É no período das chamadas “revoluções burguesas” que a ideia de revolução aparece e se torna um termo presente no vocabulário de militantes políticos, filósofos e posteriormente cientistas.

Alguns tradutores de Aristóteles usam o termo revolução para verter para o português e outros idiomas, como o inglês, os termos gregos de μεταβολή [metabolē], que significa “mudança” ou “alteração” e στάσις [stasis], que significa “sedição”, “facção”, “conflito interno”, remetendo para o processo de luta entre grupos que leva à mudança. Assim, substancialmente há uma aproximação (em relação a alguns usos do termo desde o surgimento da modernidade), mas formalmente não. Aristóteles escrevia em grego e não em latim e é desse idioma que surge o signo “*revolutio*”, que significava “ato de girar, dar volta completa” e com uso em várias situações, especialmente para tratar da rotação dos astros, ideia do tempo cíclico ou o simples ato de desenrolar um pergaminho. É com o capitalismo que a palavra ganha sentido político. O sentido não-político continua existindo, tal como o uso de Copérnico em *De revolutionibus orbium coelestium* (“*Das revoluções das esferas celestes*”), de 1543. Em síntese, a palavra existia no sentido não político e social no latim e assim foi usado na antiguidade e em grego existiam outras palavras com significado próximo do sentido social e político que foram traduzidas como “revolução” e é com a transição do feudalismo para o capitalismo que o sentido político dessa palavra específica emerge. No sentido de “revolução social”, como estamos usando a palavra, ela surge com o capitalismo.

O termo revolução, no entanto, não é unissêmico e sim polissêmico¹. Desde a simples mudança de governo, passando pela transformação estatal, até a concepção mais ampla, a da transformação social, isto é, do conjunto das relações sociais, são formas de se utilizar o termo revolução. Os militares brasileiros da década de 60 qualificaram o golpe de estado que realizaram como “revolução”. Também se fala em “revolução industrial”, “revolução comercial”, “revolução tecnológica”, “revolução cultural”, “revolução francesa”, “revolução russa”, entre inúmeras outras. Por conseguinte, essa polissemia dificulta o processo de explicação do fenômeno revolucionário.

¹ A etimologia da palavra ou o seu sentido astronômico (“volta de um astro ao ponto de que partiu”; “rotação em torno de um eixo imóvel”) não nos interessa, pois o sentido de uma palavra não tem sua gênese unicamente na etimologia ou em sentidos estabelecidos por saberes especializados e sim na realidade concreta e nos seus usos sociais. Para se ver várias definições de revolução, cf. Brinton (1958) e principalmente Cohan (1981).

A definição mais adequada, em nossa perspectiva, é a seguinte: a revolução² é um processo de transformação radical, que muda a substância e não apenas a forma, de um ser (Viana, 2024). O sentido comum da palavra, no entanto, aceita a ideia de modificação formal como sendo uma manifestação do fenômeno revolucionário. Esse é um uso indevido do termo, num sentido equivocado. É uma adulteração do termo revolução. O seu uso se torna ambíguo e gera confusões. Assim, usar o termo “revolução sexual” para se referir as pequenas alterações nos costumes sexuais e concepções sobre sexualidade no final dos anos 1960 é um uso equivocado do termo e que não é gratuito, pois a confusão gerada tem um vínculo com interesses e ideologias. O uso de “revolução industrial”, no entanto, é adequado, pois, se limitando ao fenômeno industrial, ocorreu uma modificação radical.

Isso significa que estamos usando, até aqui, o termo “revolução” como uma categoria dialética (cf. Viana, 2024). Como categoria, ela precisa ser entendida no plano mais abstrato e mais concreto. Uma mudança substancial pode ser, simultaneamente, formal, dependendo do “ser” que é considerado em seu processo de transformação. A revolução burguesa, por exemplo, significou uma mudança de forma de sociedade, na qual se passou da sociedade feudal para a sociedade capitalista, que foi uma mudança substancial nas relações sociais existentes. Assim, da perspectiva histórica mais ampla, foi uma mudança formal, de forma de sociedade (passou de sociedade feudal para sociedade capitalista), e, na perspectiva histórica mais restrita, entendendo a história da passagem do feudalismo para o capitalismo, foi uma mudança substancial. Ou seja, no plano do materialismo histórico, ocorreu mudança na forma de sociedade; no plano da sociedade feudal, ocorreu uma mudança substancial, ou seja, uma revolução. Assim, da perspectiva da história da humanidade, ocorreu uma mudança formal, pois a sociedade muda de forma, mas continua existindo enquanto sociedade. Da perspectiva da história de uma determinada sociedade, ocorreu uma mudança substancial, pois a sua substância, essência, o feudalismo, deixou de existir e em seu lugar emergiu outra substância, essência, o capitalismo. Por isso é importante distinguir as formas de historicidade (Viana, 2024). A ideia de transformação radical e total das relações sociais significa, no plano da história da humanidade, uma mudança formal, na qual se passa de uma forma de sociedade para outra, e, no plano da sociedade vigente, uma revolução, pois ela é transformada em sua totalidade, gerando uma nova sociedade.

O Conceito de Revolução Social

A ideia de “revolução”, usado no sentido social, ganha mais concreticidade. Assim, deve entender que a categoria dialética de revolução se torna um conceito quando se passa para a questão da revolução social. Porém, o termo “revolução” também é utilizado como referência a algo concreto (“revolução comportamental”, “revolução industrial”, “revolução comercial”, “revolução sexual”, etc.) e por isso, além de distinguir “revolução como categoria do pensamento” e “revolução como

² Num sentido mais abstrato e distinto da revolução social, tal como colocaremos adiante.

conceito”, é preciso distinguir as diversas formas que o termo “revolução” pode ser utilizado. O nosso foco, no entanto, é a revolução social e os outros usos serão distinguidos posteriormente.

O esclarecimento deve começar pelo significado do conceito de “revolução social”. O social, aqui, ganha o sentido de totalidade, ou seja, de sociedade. Uma revolução social é um processo no qual ocorre uma transformação no conjunto das relações sociais, instaurando uma nova sociedade. Não se trata, aqui, de revoluções que ocorrem em setores da sociedade e sim em sua totalidade e por isso exclui a “revolução industrial” e a “revolução sexual”. A revolução industrial existiu, mas é “industrial”, ou seja, num setor específico da sociedade, envolvendo relações sociais, como não poderia deixar de ser. Ela promoveu uma mudança radical nas relações de trabalho, nas forças produtivas, etc. que são processos sociais, incluindo a tecnologia que é produzida socialmente. A suposta “revolução sexual” não existiu, pois não gerou nenhuma modificação radical nos costumes sexuais e nas concepções sobre sexualidade, pois gerou apenas novos costumes (não tão novos assim) e gerou algumas concepções (nem sempre praticadas e nem sempre originais), sendo fenômenos sociais, mas sem mudança drástica, além de seu limite a um setor mais restrito da população (e a restrição é mais ampla nos países de capitalismo estatal ou subordinado). O que interessa aqui é mostrar que esses exemplos mostram não revoluções sociais e sim revolução setorial no caso da indústria e pseudorrevolução no caso da sexualidade. O conceito de revolução social que aqui apresentamos é útil para desfazer esses equívocos, servindo para desmascarar as falsas revoluções comportamentais – pois o seu caráter restrito apenas revela a continuidade vinculada a uma moderada e delimitada descontinuidade – e entender as revoluções setoriais, o que significa permitir pensar o seu real significado. A revolução social é uma revolução total e radical das relações sociais, é o processo no qual uma sociedade se transforma em outra.

Porém, ocorrem casos em que tal transformação do conjunto das relações sociais não ocorre simultaneamente em todas as suas instâncias. Por isso, a definição que apresentamos se refere a uma ideia mais ampla de revolução. Para distinguir esta concepção mais ampla das concepções mais restritas podemos usar o termo *revolução social*. No caso das revoluções burguesas, tivemos inicialmente um conjunto de transformações nas relações de produção e apenas posteriormente, com o crescimento e fortalecimento da burguesia, é que tivemos a transformação estatal, isto é, as

revoluções políticas, chamadas “revoluções burguesas”³. Na Inglaterra, o aceleramento da implantação das relações de produção capitalistas foi denominado “revolução industrial”. Por conseguinte, as revoluções parciais que fazem parte da revolução social sempre devem acrescentar a instância na qual ocorrem. Este é o espaço no qual o conceito de revolução se aplica. Por conseguinte, nesta perspectiva, não há como usar expressões como “segunda revolução industrial”; “revolução gerencial” e coisas do gênero. As mudanças que ocorrem no marco de uma mesma sociedade (no interior da sociedade capitalista, por exemplo) não constituem revoluções no sentido verdadeiro da palavra e sim mudanças, evolução, renovação, reforma, etc.

Cabe distinguir aqui, no entanto, entre “revoluções parciais”, que são partes de uma revolução social, e “revoluções setoriais”, que são transformações em setores da sociedade. O caso da revolução burguesa mostra como as revoluções parciais vão sendo constituídas em conjunto, mas nem sempre simultaneamente. O desenvolvimento do capital comercial concretizou o ápice da revolução no processo de produção culminando com a revolução industrial. O desenvolvimento da renovação cultural desde o renascimento culminou com o iluminismo e pensamento de Kant e Hegel, uma revolução cultural. O desenvolvimento da força política da burguesia, que emerge como a aliança de classes com a nobreza e gera o absolutismo, culmina com as revoluções políticas denominadas “burguesas”.

Nesse sentido, a revolução industrial, a revolução cultural e a revolução política são três revoluções parciais que ocorrem e formam uma revolução social, a revolução burguesa, sendo a tomada e modernização do Estado o seu ápice e momento final. As revoluções setoriais são relativas a setores da sociedade. A revolução industrial foi uma revolução setorial e parcial, pois foi uma revolução num setor da sociedade que fez parte de uma revolução social, o que se explica pelo seu sentido (burguês). A revolução comercial que antecedeu a revolução industrial foi setorial e não foi parcial, pois o resultado final ainda não estava contido, sendo mais uma tendência e uma condição de possibilidade. A revolução no pensamento promovido pelo marxismo é uma revolução setorial, pois promove uma transformação substancial e radical num setor da sociedade (o cultural), mas que não abrange a sua totalidade, e não é parcial, pois o seu vínculo com a revolução proletária não é imediato,

³ Obviamente que com o predomínio da burguesia nas relações de produção temos já uma transformação estatal, que, no entanto, somente se moderniza e rompe com a aliança de classes que está em sua base a partir das revoluções burguesas, realizando a modernização do Estado absolutista, que já é um Estado capitalista (Viana, 2003a).

pois fica não só num setor da sociedade que é o cultural, mas num nível muito restrito, atingido uma parte minúscula da população. Nesse caso, é uma revolução setorial que tendencialmente pode se tornar parcial, o que se efetiva com sua fusão com o proletariado. Para fora disso, o uso do termo “revolução” é equivocado e muitas vezes é um procedimento ideológico que substitui renovações, evoluções e outros processos que nada possuem de “revolucionário”, pois não mudam as substâncias e sim, no máximo, as formas do ser.

As Revoluções Sociais

Diversos pensadores tentaram explicar o fenômeno revolucionário. O nosso objetivo aqui não é resgatar tais tentativas e sim apresentar uma determinada concepção de revolução. O que interessa para uma teoria da revolução social é, além do esclarecimento conceitual através da definição do conceito de revolução, explicar o processo revolucionário, o que pressupõe apresentar suas determinações e, principalmente, sua determinação fundamental. Por isso, num primeiro momento, abordaremos a revolução social em suas características gerais tal como ocorre em um conjunto de sociedades distintas e posteriormente no caso específico da sociedade capitalista.

As revoluções sociais podem expressar seu significado através de três expressões: ruptura, radicalidade (essencialidade) e totalidade. A ruptura expressa, numa transformação radical das relações sociais, englobando a totalidade destas relações (relações de produção, instituições, valores, sentimentos, linguagem, etc.), o momento em que isso se manifesta mais drasticamente, um ponto no qual a mutação se torna perceptível e absoluta (acabada). A radicalidade (essencialidade) significa que não se trata de qualquer mudança, mas sim de um processo que abala e transforma a essência de uma sociedade. A ideia de totalidade expressa que trata de uma ruptura radical com o conjunto das relações sociais, ou seja, que essa radicalidade e ruptura se generaliza na sociedade com um todo.

Obviamente que cada revolução social concreta apresenta estes elementos de forma específica. Esses elementos podem ocorrer quase que simultaneamente, mas o mais comum é que uma revolução proletária seja antecedida por lutas espontâneas e autônomas e só em certo momento se produza lutas autogestionárias e efetiva uma ruptura, que se generaliza posteriormente. A ruptura é o processo de desfecho de um conjunto de acontecimentos, um momento de aceleração e mudança drástica em um processo já em andamento, o ápice de um processo de lutas de classes que expressa uma transformação radical; a radicalidade depende do momento no qual esta ruptura se

efetiva, quando atinge o essencial de uma sociedade, transformando as relações de produção, e a mudança total pode ocorrer de forma mais gradual ou abrupta, mas que significa a generalização da transformação radical, atingindo a sociedade em seu conjunto. As revoluções sociais concretas só podem ser explicadas por base de casos históricos concretos, o que significa que dependem das lutas de classes concretas.

Assim avançamos no sentido de compreender o processo revolucionário. As revoluções sociais são produtos das lutas de classes, nas quais uma classe social derruba a classe dominante e se torna uma nova classe dominante, abolindo as classes sociais anteriores, ou então, no caso da revolução proletária, na qual se destrói as classes sociais em geral, não gerando nenhuma classe dominante, já que o proletariado abole a si mesmo. É por isso que as revoluções sociais estão intimamente ligadas à existência das classes sociais. A primeira revolução social foi a que expressou a passagem das sociedades sem classes para a sociedade de classes. As sucessivas formas de sociedade significaram sucessivas revoluções sociais. As revoluções políticas, que significam transformação estatal, datam da emergência da sociedade capitalista⁴.

Algumas categorias ajudam a compreender o processo revolucionário, tais como ruptura, radicalidade (ou substancialidade, essencialidade) e totalidade. Os conceitos fundamentais para se analisar as revoluções sociais, além do próprio conceito de revolução social, são os de luta de classes, modo de produção, relações de produção, estado, classes sociais, sociedade, entre outros.

A determinação fundamental das revoluções sociais se encontra nas relações de classes instauradas em determinada sociedade. A única exceção foi o caso do surgimento das primeiras sociedades de classes, gerando a primeira revolução social. Nesse caso, as sociedades tribais se transformam em sociedades de classes e a revolução social consistiu na emergência da primeira forma de sociedade classista que emerge (sociedade escravista ou despótica, dependendo da região). A partir do momento em que as sociedades de classes se estabelecem, as revoluções sociais se vinculam às lutas de classes.

⁴ Antes disso, como na sociedade grega, o que existiram foram mudanças de governo ou formas de governo, enquanto que revolução política expressa a tomada do poder estatal por outra classe social que substitui a dominante nessa instância específica. No caso de mudanças no âmbito do estado capitalista, como a passagem do estado integracionista para o neoliberal, o que temos são reformas políticas. A evolução do estado capitalista é apenas mudança formal. Por outro lado, os golpes de estado podem ser parte de reforma política ou simples substituição de governos, cuja razão de ser só pode ser apreendida no nível mais concreto de análise de cada caso específico (por exemplo, o golpe militar no Brasil remete para a questão da acumulação de capital e o obstáculo governamental representado pelo populismo). O significado das revoluções políticas será abordado adiante.

O processo de exploração e dominação que está na base de toda sociedade dividida em classes sociais produz interesses antagônicos e lutas entre elas. Estas lutas acabam promovendo fissuras no interior de uma sociedade e abrem brechas para a ruptura. A teoria da revolução social que mais contribuiu para a compreensão do processo revolucionário foi a de Karl Marx. Segundo suas palavras:

A conclusão geral a que cheguei e que, uma vez adquirida, serviu de fio condutor dos meus estudos, pode formular-se resumidamente assim: na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. Em certo estágio de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, que é sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinha movido até então. De forma de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. Surge então uma época de revolução social. A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura. Ao considerar tais alterações é necessário sempre distinguir entre a alteração material – que se pode comprovar de maneira cientificamente rigorosa – das condições econômicas de produção, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito, levando-o às suas últimas consequências. Assim como não se julga um indivíduo pela ideia que ele faz de si próprio, não se poderá julgar uma tal época de transformação pela mesma consciência de si; é preciso, pelo contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver e assim, numa observação atenta, descobrir-se-á que o próprio problema só surgiu quando as condições materiais de o resolver já existiam ou estavam, pelo menos, em vias de aparecer. Em um caráter amplo, os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno podem ser qualificados como épocas progressivas da formação econômica da sociedade. As relações de produção burguesas são a última forma contraditória do processo de produção social, contraditória não no sentido de uma contradição que nasce das condições de existência social dos indivíduos. No entanto, as forças produtivas que se desenvolveram no seio da sociedade burguesa, criam ao mesmo tempo as condições materiais para resolver esta contradição. Com esta organização social termina, assim, a Pré-História da Humanidade (Marx, 1983, p. 24-25).

Assim, Marx explica a revolução social pela contradição entre forças produtivas e relações de produção. Isto dá margem para várias interpretações economicistas do pensamento de Marx. Porém,

é preciso, em primeiro lugar, ter em conta que ele está trabalhando em alto grau de abstração. É isto o que afirma Hobsbawm, se referindo aos *Grundrisse* e ao *Prefácio* acima citado:

Ainda que Marx tivesse tido o propósito de esclarecer o significado de suas observações, o resultado não seria um texto fácil, porque sua análise transcorre num nível elevado de generalização, ou seja, em termos altamente abstratos. Primeiramente, Marx preocupa-se – como em seu prefácio à *Crítica* – em estabelecer o mecanismo geral de todas as transformações sociais: isto é, a formação das relações sociais de produção que correspondem a um estágio definido de desenvolvimento das forças produtivas materiais; o desenvolvimento periódico de conflitos entre as forças produtivas e as relações de produção; as ‘épocas de revolução social’ em que as relações de produção se ajustam novamente ao nível das forças produtivas. Esta análise geral não implica nenhuma formulação sobre períodos históricos específicos nem sobre relações de produção e forças produtivas concretas. Assim, a palavra ‘classe’ nem sequer é mencionada no *Prefácio*, na medida em que as classes são apenas casos especiais das relações sociais de produção em períodos históricos específicos, embora, de certo, muito longos. A única referência a formações e períodos históricos consiste em uma breve e não explicada nem justificada relação de “épocas no progresso da formação econômica da sociedade” – expressas como os modos de produção “asiático, antigo, feudal e burguês moderno”, este último representando a forma antagônica final do processo social de produção (Hobsbawm, 1985, p. 15).

Embora não seja possível concordar com o conjunto das afirmações de Hobsbawm, o reconhecimento do grau elevado de “generalização” (abstração) e a omissão da questão fundamental das sociedades de classes, a luta de classes, como resultado disto, é indiscutível, embora apenas no nível explícito, pois a leitura do momento em que Marx utiliza os termos relações de produção burguesas, propriedade, etc., fica implícito que trata-se das sociedades de classes e da luta de classes nesse processo, bem como quando cita textualmente o caso do fim da sociedade burguesa, ou, do fim da pré-história.

No entanto, julgamos que no referido *Prefácio* temos a chave da teoria da revolução social de Marx em nível elevado de abstração. O processo de revolução social significa a mutação do modo de produção, e, por conseguinte, das formas sociais de regularização (“superestrutura”), isto é, da totalidade das relações sociais. Isto ocorre devido ao processo de contradição que se instala entre forças produtivas e relações de produção. As forças produtivas, herdadas de uma geração para outra, são elementos importantes para a libertação humana. O seu desenvolvimento permite a superação da exploração, pois a produção de um mundo de riquezas, incluindo o desenvolvimento tecnológico, é condição de possibilidade para a existência do comunismo (Marx; Engels, 2002).

Porém, as relações de produção, com o processo histórico, passam de “formas de desenvolvimento das forças produtivas” e se tornarem o seu entrave. O que são relações de produção?

No exemplo citado de Marx, são relações de classes. Isto fica evidente quando ele coloca que as relações de propriedade são meras expressões jurídicas das relações de produção. Ora, relações de produção como “relações de propriedade” (no caso das sociedades classistas) pressupõem a existência de proprietários e não-proprietários, ou seja, classes sociais. Mais tarde ficará claro que isso faz emergir as duas classes sociais fundamentais de um modo de produção, que são constituídas nas relações de produção dominantes. Assim, é o processo de mudança nas relações de produção, quando elas passam a ser um obstáculo para o desenvolvimento das forças produtivas, que marca o período de revolução social, pois neste momento as lutas de classes se radicalizam e permitem a transformação social.

Em outras obras Marx desenvolve sua teoria da revolução social e coloca as lutas de classes como elemento fundamental neste processo. Porém, em cada sociedade concreta estas lutas assumem características próprias, bem como o processo revolucionário passa a ter dinâmicas diferentes. Isto é perceptível quando se trata da sociedade moderna.

Para entender melhor essa diferenciação, façamos uma breve comparação entre as revoluções burguesas e as revoluções proletárias. As revoluções burguesas (no sentido de revoluções sociais) ocorrem através de *revoluções parciais*. Num primeiro momento, a burguesia vai implantando suas relações de produção, num processo contínuo de expansão e destruição das relações de produção feudais. Após o seu fortalecimento na instância das relações de produção, a burguesia vai paulatinamente avançando em outras instâncias, tal como na intelectual, moral, etc., até chegar às revoluções políticas, momento final que marca a ruptura definitiva com os resquícios feudais.

Como explicar estas “revoluções parciais”? Para explicar isto não é suficiente um modelo geral de revolução social, mas sim de uma análise da realidade concreta da formação da sociedade capitalista. A sociedade feudal não se transformou repentinamente em uma sociedade capitalista. Houve, inicialmente, uma desagregação da sociedade feudal que permitiu a formação de novas classes sociais e a expansão comercial que deu origem à burguesia. Esta vai se fortalecendo paulatinamente, principalmente no processo de produção, mas também ao criar sua cultura, ideologias, pressão política, etc. A partir do momento em que sua força na instância da produção e da cultura é suficiente para destronar a nobreza, ocorrem as revoluções políticas. A revolução burguesa pode ser composta por revoluções parciais pelo simples motivo que ela não só reproduz a divisão social do trabalho como aprofunda e amplia sua existência.

As revoluções proletárias, por sua vez, não podem reproduzir este esquema, sob pena de fracasso. O proletariado não pode se fortalecer através da propriedade privada, mas tão-somente contra ela. A burguesia podia adquirir meios de produção e ampliar cada vez mais a sua propriedade, o seu capital, mas o proletariado não possui propriedade privada e nem acesso aos meios de produção. Não é possível para o proletariado realizar isto, pois o Estado capitalista impediria qualquer tentativa de mutação no processo de produção num sentido comunista (seja através de cooperativas ou de posse das empresas capitalistas). Também não seria possível através de uma revolução política, pois conquistar o aparato estatal capitalista não permite a transformação das relações de produção pelo simples motivo de que tal conquista de um aparelho burocrático sempre seria feito por uma minoria e não pela totalidade da classe proletária tal como coloca Marx.

Além disso, a apropriação coletiva dos meios de produção jamais ocorreria por um decreto do Estado. As revoluções proletárias não podem ser parciais, pois são revoluções totais e, ao contrário das revoluções burguesas, não mantêm e ampliam a divisão social do trabalho e sim a abolem. A abolição da divisão social do trabalho é uma premissa da revolução proletária e todas as tentativas de revoluções parciais numa perspectiva proletária estão fadadas ao fracasso, pois um avanço numa instância é facilmente combatido pelo conservadorismo e pela contrarrevolução através das outras instâncias e a própria existência de tais instâncias da divisão social do trabalho já significa uma contrarrevolução.

As Revoluções Proletárias

Assim, as revoluções proletárias possuem sua especificidade. Uma delas é a transformação total:

Ao invés de imobilizar o projeto revolucionário num mecanismo abstrato a que o reduzem tantos seguidores de um “materialismo dialético” controvertido, Marx o situa no âmago do mundo real, no cotidiano mais imediato e ao mesmo tempo, numa totalidade perpetuamente atuante. É este o fundo da distinção de base que ele opera entre a revolução “política” cujo ponto de vista é o do Estado, de uma entidade abstrata que só existe graças à sua separação da “vida real”, em que se limita a substituir uma classe dominante por outra, sem atingir em ponto algum a natureza social do homem – e a revolução “social” que “possui um caráter de universalidade, visto constituir um protesto do homem contra sua vida inumana, e porque parte do ponto de vista do indivíduo particular real e também porque a cidade social da qual o indivíduo recusa doravante permanecer separado representa a verdadeira natureza social

do homem, a natureza humana” (Decouflé, 1970, p. 40)⁵.

Outra característica das revoluções proletárias, complementar e intimamente ligada ao seu caráter de revolução total, é a ruptura. Ela não é apenas total (não-parcial), mas é simultaneamente uma instauração do radicalmente novo em toda a sociedade, gerando uma mudança não de forma, mas de substância. Assim, a instauração do radicalmente diferente faz parte de todas as revoluções, mas no caso da revolução proletária ela ocorre através de uma ruptura, de um momento ápice em que isso se torna mais forte, evidente, concreto. A transformação da vida e do mundo pode ser percebida em vários processos revolucionários:

As revoluções não representam nem uma sucessão de datas, nem uma acumulação de atos: são – ou procuram ser – um ‘novo cartear’ da história; um empreendimento original em que nada mais tem sentido porque tudo passou a ter um novo sentido que repudia e desvaloriza os comportamentos e atitudes antigas (Decouflé, 1970, p. 43).

Mas no caso da revolução proletária, isto ocorre através de uma ruptura, isto é, ela é uma revolução total e ao mesmo tempo simultânea. As experiências históricas desde a Comuna de Paris, passando pela Revolução Russa, até chegar à Revolução Espanhola e Portuguesa, tentativas derrotadas de revoluções proletárias, expressam justamente a mudança total, em todas as instâncias da vida social, e simultânea. As revoluções burguesas, ao contrário, não foram simultâneas, foram parciais.

A revolução proletária é, portanto, radical, simultânea e total. Esses aspectos só se concretizam com sua vitória. Claro que isso depende de vários aspectos e do que se entende por revolução, entre outros problemas. O início de uma revolução proletária ocorre através de um processo de intensificação das lutas. Sem dúvida, outros setores da sociedade (jovens, estudantes, indígenas, lumpemproletariado, etc.) podem iniciar um processo de intensificação, sob várias formas, como revoltas, rebeliões, manifestações, etc. Porém, esta intensificação deve ser efetivada pelo ou com o proletariado, pois sem ele pode ser qualquer coisa, menos esboço de revolução proletária. No entanto, o mais comum, historicamente, é que esses processos gerem lutas autônomas do proletariado e não, imediatamente, autogestionárias, embora isso também tenha ocorrido. Assim, o movimento operário pode gerar lutas intensificadas (nas quais se mesclam lutas autônomas e autogestionárias em setores distintos do proletariado e da sociedade) a partir de outras lutas sociais ou diretamente, a partir de

⁵ Decouflé confunde “revolução política” e “revolução social” como revolução burguesa e revolução proletária e isso é explicado pelo processo revolucionário burguês ser constituído por revoluções parciais.

suas reivindicações e lutas espontâneas e autônomas, ou alguma explosão ou processo em certo lugar da luta operária (por exemplo, uma repressão violenta numa determinada fábrica sob um movimento grevista meramente reivindicativo).

Esse processo de intensificação da luta operária pode assumir a forma de primeira fase da revolução, pois inicia o processo revolucionário, seja através da formação de conselhos ou outras organizações autárquicas⁶, seja através de uma greve generalizada na sociedade, entre outras possibilidades. Esse é, geralmente, o primeiro momento da revolução proletária. É quando o proletariado intensifica suas lutas e se unifica como classe⁷. Nesse contexto, convivem lutas espontâneas, autônomas e autogestionárias, de acordo com vários locais de luta, organização e situação geral da luta de classes. Se esse processo é derrotado e não avança, temos uma *revolução proletária esboçada*. Ela é esboçada se ficar apenas nesse nível.

No entanto, nos casos em que avança no processo de intensificação e gera lutas autogestionárias, constituindo organizações autárquicas e iniciando o processo de transformação das relações de produção ou a destruição do aparato estatal, temos uma *revolução proletária iniciada*, já com raízes desenvolvidas. Não só a existência e proeminência das lutas autogestionárias, mas a efetivação do primeiro momento da revolução proletária, que é a instauração da autogestão nas unidades de produção (fábricas, lojas, fazendas, etc.) ou derrubada do poder estatal, ocorre e consolida a força do proletariado revolucionário.

Caso ela não seja derrotada e consiga avançar mais ainda, destruindo o capital e o estado e simultaneamente instaurando efetivamente novas relações de produção e transformando radicalmente o conjunto das relações sociais, torna-se uma *revolução proletária concretizada*, que, mesmo assim, pode ainda ser derrotada pela contrarrevolução, pois as demais classes e outros aspectos contrarrevolucionários não são todos destruídos de imediato ou totalmente. O caso de uma revolução proletária concretizada é mais uma hipótese, pois não existiu efetivamente em nenhum lugar, embora tenha quase se estabelecido em diversas oportunidades.

Assim, podemos distinguir entre *revoluções proletárias esboçadas*, *revoluções proletárias iniciadas* e *revoluções proletárias concretizadas*, sendo que estas últimas podem ser subdivididas em

⁶ Organizações autárquicas são formas de auto-organização, ou seja, organizações não-burocráticas.

⁷ Obviamente que essa unificação não é, necessariamente, de toda a classe proletária numa determinada sociedade, pois existem as divisões regionais e setores do proletariado que podem não acompanhar os setores radicalizados.

temporárias, pois pode ocorrer uma contrarrevolução que as superam, ou *definitivas*, que é quando a sociedade autogerida é instaurada definitivamente. Todas elas, com exceção das revoluções proletárias concretizadas definitivamente, são *revoluções proletárias inacabadas* e a diferenciação apenas mostra o seu grau de inacabamento. Assim, as revoluções proletárias inacabadas englobam várias tentativas operárias de transformação radical e total das relações sociais, atingindo diversos graus no processo revolucionário, incluindo as experiências que denominamos revoluções proletárias esboçadas, revoluções proletárias iniciadas e revoluções proletárias concretizadas temporárias.

Essa discussão, no entanto, fica em um nível mais elevado de abstração e por isso as tentativas concretas de revoluções proletárias podem facilitar a sua compreensão. A Revolução Russa de 1905 foi uma revolução proletária esboçada. Nessa experiência histórica, emergiram os conselhos operários (soviets) pela primeira vez na história, sob forma desenvolvida (Viana, 2010; Anweiler, 1975; Trotsky, 1980). Ocorre um processo de intensificação das lutas operárias através do movimento grevista e da transformação de algumas organizações autárquicas em conselhos operários, um confronto com o aparato estatal, etc. Porém, a luta operária, nesse caso, não ultrapassou esse nível.

A Comuna de Paris e a Revolução Russa de Fevereiro de 1917 foram revoluções proletárias iniciadas. No caso da Comuna de Paris, o que ocorreu foi a abolição do aparato estatal, mas ela ficou incompleta devido a ação contrarrevolucionária da burguesia e a incompletude da destruição das relações de produção capitalistas. No caso da revolução russa de fevereiro de 1917, a formação dos soviets (conselhos operários) significou o início da abolição das relações de produção capitalistas e da instauração de relações de produção autogeridas, mas parcialmente, pois não houve a abolição do aparato estatal e a contrarrevolução burocrática realizada pelo bolchevismo significou sua derrota.

Essas duas experiências, bem como a Revolução Alemã e outros casos, significaram revoluções proletárias iniciadas que quase atingiram o estágio de revolução proletária concretizada. Essa diferenciação é fundamental para que a análise das experiências revolucionárias avancem para além da apologia e da idealização das lutas do passado, ofuscando a percepção dos equívocos, dos limites e autolimitação, bem como das ações contrarrevolucionárias que são fundamentais para entender o seu fracasso. Na contemporaneidade, influenciados pelo subjetivismo ou pelo obreirismo, muitos setores do bloco revolucionário cedem aos encantos do voluntarismo e da idealização acrítica das experiências revolucionárias, se desarmando e contribuindo para despreparar o proletariado e bloco revolucionário para o enfrentamento revolucionário. Para superar isso, essa diferenciação nas

experiências revolucionárias é uma contribuição e traz a necessidade de entender que a teoria da revolução proletária requer uma teoria da contrarrevolução.

Alguns setores pensam que a ideia de “luta operária” e “autogestão das lutas” (ou, o que é mais comum, “autonomia”) significa pensar que o proletariado luta e avança de forma unilinear rumo à instauração da sociedade autogerida. O proletariado revolucionário assim aparece como uma espécie de “essência” e “missão”, que se aproxima do misticismo e da ideia do “povo eleito”. Sob forma não marxista, consideram que o caráter revolucionário do proletariado está encarnado nos indivíduos proletários e não nas relações sociais (contraditórias) que constituem essa classe e que a tornam revolucionária efetivamente. Sem dúvida, Marx foi o primeiro a destacar o caráter revolucionário do proletariado, bem como a tendência dessa classe realizar a revolução, mas também destacou que seu potencial revolucionário se materializa através da luta e de que isso ocorre num contexto de luta de classes, o que significa que existe outra classe (com suas classes auxiliares e aparatos, inclusive o estatal) agindo no sentido contrário e gerando contratendências. Isso significa que o processo é mais complexo e que não é um processo evolutivo unilinear e sim complexo e com avanços e recuos (da perspectiva do proletariado). Deixar de lado essa complexidade e os problemas do movimento revolucionário do proletariado e da contrarrevolução é contribuir com a possibilidade de repetição de equívocos e assim não contribuir para fortalecer a luta revolucionária do proletariado.

A Contrarrevolução

As experiências históricas também servem de alerta para se pensar a contrarrevolução. Na verdade, o processo da revolução proletária encontra inúmeros obstáculos e vários pensadores abordaram tais aspectos. O Estado capitalista e seu aparato repressivo, a hegemonia burguesa, a mentalidade e os valores dominantes, as instituições civis, entre outros elementos, são inibidores do processo revolucionário. Porém, tratar da contrarrevolução significa abordar a ação contrarrevolucionária no bojo de um movimento revolucionário. Existem dois elementos principais que beneficiam a contrarrevolução. Um é a ação do Estado capitalista, o outro é a burocratização. O primeiro tem sua origem no Estado e o segundo na sociedade civil.

As experiências históricas de tentativas de revoluções proletárias mostram a ação estatal enquanto momento definidor da contrarrevolução. A Comuna de Paris e a Guerra Civil Espanhola são os dois exemplos modelares deste processo. A experiência da Comuna de Paris durou pouco tempo, mas sua derrota foi um produto da repressão do Estado capitalista, a chamada “Semana Sangrenta”, na qual cerca de 20.000 comunardos foram assassinados, 38.000 presos e 8.000 deportados. No caso da Espanha, principalmente na região da Catalunha, onde a autogestão social foi instaurada, a repressão também derrotou a experiência proletária.

A contrarrevolução através da ação estatal é demasiadamente conhecida. No entanto, existe um processo contrarrevolucionário mais sutil expresso pelo fenômeno da burocratização. A sociedade

capitalista cria uma gigantesca máquina burocrática que é o Estado e acaba reproduzindo um processo de burocratização em toda a sociedade civil. Esta burocratização produz um fortalecimento da burocracia enquanto classe social auxiliar da burguesia. Ao lado da burocracia estatal, emerge uma poderosa burocracia civil. Este processo de burocratização cria uma mentalidade burocrática, bem como ideologias que legitimam e justificam o burocratismo em todas as instâncias da vida social. A burocratização acaba atingindo organizações de origem proletária, tais como partidos e sindicatos, que se tornam, com o desenvolvimento histórico do capitalismo, organizações burocráticas. Os partidos social-democratas (“socialistas”) e bolchevistas (“comunistas”), como todos os partidos políticos, se tornam organizações burocráticas que geram uma nova camada da burocracia civil, a burocracia partidária (Viana, 2003b; Michels, 1982).

Na experiência histórica da Revolução Russa temos o exemplo clássico deste processo de burocratização. O Partido Bolchevique foi o veículo deste processo de burocratização e, por conseguinte, de contrarrevolução. Antes do processo revolucionário já havia uma ideologia que buscava justificar e legitimar a burocratização. Trata-se do leninismo (ou bolchevismo), também chamado equivocadamente com “marxismo”-leninismo, pois se trata na verdade de uma deformação do marxismo, de um pseudomarxismo. A tese básica do bolchevismo é retirada da ideologia social-democrata alemã expressa na obra de Karl Kautsky. Segundo Kautsky, os operários não poderiam se libertar por contra própria, pois seria necessária a consciência socialista, só acessível aos intelectuais do partido social-democrata, que são aqueles que possuem acesso à ciência (Kautsky, 1980). Lênin irá retomar esta tese, criando a sua ideologia do partido de vanguarda, segundo a qual é necessário um partido para dirigir o processo revolucionário (Lênin, 1988).

Quando explodiu a revolução russa de fevereiro, o próprio Lênin afirmou ter sido pego de surpresa, e como estava na Europa, viajou rapidamente para a Rússia. O Partido Bolchevique efetuou uma feroz luta contra o czarismo e contra as tendências socialistas adversárias (anarquistas, socialistas revolucionários, mencheviques, etc.) e ao realizar o golpe de Estado de outubro, proibiu as frações dentro do próprio partido, combateu todas as formas de luta autônoma do proletariado, realizando a repressão a Kronstadt, à Ucrânia, entre outras iniciativas operárias ou camponesas. Também realizou um processo progressivo de controle e esvaziamento dos sovietes (conselhos operários) e a fusão da burocracia partidária com a burocracia estatal proporcionou uma verdadeira contrarrevolução

burocrática. Castoriadis, ao prefaciando obra de Alexandra Kollontai, representante da Oposição Operária, grupo dissidente do partido Bolchevique, afirma:

O texto de Alexandra Kollontai (...) traz informações de um valor inestimável. Em primeiro lugar, graças às informações diretas que ela fornece sobre as atitudes e as reações dos operários russos em face da política do Partido Bolchevique. Em segundo lugar, e, sobretudo, ao mostrar que uma ampla fração da base operária do Partido tinha consciência do processo de burocratização em curso e se levantava contra ele. Depois de ter lido esse texto, já não é mais possível continuar a apresentar a Rússia de 1920 como um caos, um amontoado de ruínas, na qual o proletariado estava pulverizado e somente o pensamento de Lênin e a “vontade de ferro” dos bolcheviques eram elementos de ordem. Os operários queriam algo, e demonstraram isso: no partido, através da “oposição operária”, e, fora do partido, através das greves de Petrogrado e da revolta de Kronstadt. Foi necessário que uma e outras fossem esmagadas por Lênin e Trotsky para que Stálin pudesse triunfar depois (Castoriadis, 1985, p. 229).

A leitura dos textos oficiais da época não deixa subsistir nenhuma dúvida a esse respeito. A formação de uma burocracia como camada gestonária da produção (e dispondo inevitavelmente de privilégios econômicos) foi, praticamente desde o início, a política consciente, honesta e sincera do Partido Bolchevique, encabeçada por Lênin e Trótski (Castoriadis, 1985, p. 240)⁸.

A partir destes exemplos históricos se torna possível perceber que as revoluções proletárias são dependentes do processo totalizador, simultâneo e de rompimento com a sociedade capitalista existente, bem como não são inevitáveis e sim produto da luta de classes, sofrendo ameaças tanto por parte da burguesia quanto da burocracia. A revolução proletária só pode ser compreendida a partir do movimento operário. É através das lutas operárias que vai se constituindo o modo de produção autogerido (Tragtenberg, 1988; Viana, 2008)⁹. Marx já colocava que a emancipação do proletariado é obra do próprio proletariado e que é em suas lutas e experiências que se pode perceber o processo de revolução proletária. É exatamente por isso que Marx identificará na Comuna de Paris a “forma finalmente encontrada de emancipação” dos trabalhadores (Marx, 1986). Esta tese está em perfeito acordo com sua concepção segundo a qual o comunismo não é um ideal, um plano produzido por intelectuais e sim um movimento real (Marx; Engels, 2002). Para Marx, a experiência histórica da Comuna de Paris aponta a autogestão social como o elemento definidor do comunismo.

Assim, as lutas autônomas e autogeridas do proletariado é que tornam possível a sua emancipação. A defesa da espontaneidade revolucionária do proletariado por Rosa Luxemburgo

⁸ Obviamente que a análise de Castoriadis acerta em alguns pontos, mas não abole seus equívocos, inclusive em sua dificuldade de compreender o movimento do capital e sua concepção limitada de burocracia.

⁹ Isso também pode ser visto em Lúcia Bruno e João Bernardo (Bruno, 1986; Bernardo, 1975), mas sob uma perspectiva autonomista e limitada.

(Guérin, 1982) e posteriormente pelos comunistas de conselhos (Korsch, Pannekoek, Gorter, Rühle, entre outros) e outros pensadores e militantes revolucionários revelam a chave para compreender a revolução proletária. O processo de transformação social se inicia com a contradição básica da sociedade capitalista, a exploração e dominação no processo de produção que se espalha por toda a sociedade criando uma alienação generalizada.

O trabalho alienado, por si só, já faz o trabalhador lutar, e a exploração, as más condições de trabalho, entre outros aspectos, reforça esta tendência, bem como os acontecimentos políticos e sociais em geral, incluindo o avanço da consciência na sociedade civil e desenvolvida na própria luta. As crises cíclicas do capitalismo¹⁰ são outros elementos propulsores da luta operária e tudo isto fornece os elementos necessários para o processo de luta, de desenvolvimento da consciência de classe e das organizações autárquicas do proletariado (Marx; Engels, 1988). Surge, assim, as organizações autárquicas do proletariado, especialmente os conselhos operários, embriões da forma organizacional autogerida, tal como observou Pannekoek (1977). A teoria dos conselhos operários como formas organizacionais revolucionárias não é produto apenas do trabalho intelectual de determinados pensadores ou militantes políticos e sim um produto da luta operária que emergiu e re-emergiu em várias experiências históricas (Ibrahim, 1986; Sturmthal, 1971), a partir da sua forma embrionária na Comuna de Paris (Lopez; Turrado, 1966) e seu surgimento, como forma desenvolvida, na Revolução Russa de 1905 (Trotsky, 1980; Viana, 2010), e reaparecimento nas tentativas de revolução na Hungria (Szanto, 1977), Itália (Ibrahim, 1986), Alemanha (Meijer, 1976), Rússia de 1917 (Anweiler, 1975) e outros países no início do século 20, bem como em vários momentos posteriores, tal como na tentativa de Revolução Espanhola em 1936 (Santillan, 1980), na Revolução Portuguesa de 1974 (Mailer, 1978), na Revolução Polonesa de 1980 (Nascimento, 1988; Viana, 2016), entre várias outras experiências.

No entanto, além da contrarrevolução via Estado e burocratização (no fundo, através da burocracia estatal ou da burocracia civil), há a possibilidade da contrarrevolução através das relações sociais capitalistas. Esse é o caso do capital como relação social e da mercantilização das relações sociais. O movimento do capital é contrarrevolucionário, pois aponta para a reprodução da divisão

¹⁰ As crises cíclicas do capitalismo, a tendência à queda da taxa de lucro médio e sua tendência à autodissolução são elementos fundamentais da teoria da revolução de Marx que, infelizmente, não poderemos abordar neste breve ensaio. Por isso remetemos o leitor ao texto onde Marx desenvolveu de forma mais aprofundada sua análise do modo de produção capitalista (Marx, 1988).

social do trabalho, para o predomínio do valor de troca, para a manutenção do salariato, propriedade privada, etc. Nesse caso, são outros obstáculos contrarrevolucionários que devem ser combatidos. Isso significa que a proposta de divisão de propriedade, de uso do dinheiro, etc., são medidas contrarrevolucionárias que devem ser combatidas, algo amplamente desenvolvido pelo bolchevismo durante a Revolução Russa.

Quando Marx propõe o sistema de bônus (2026), ele demonstrava preocupação com o processo de constituição do novo, de novas relações sociais e de produção, e, ao mesmo tempo, com a contrarrevolução. O sistema de bônus permitia a abolição do dinheiro e do salariato de forma imediata, mesmo no caso de sociedade de capitalismo mais atrasado e com forças produtivas menos desenvolvidas, e inclusive foi o que ocorreu em diversas aldeias camponesas durante a Revolução Espanhola.

Da mesma forma, a cultura da sociedade capitalista, incluindo a mentalidade burguesa (constituída pelas concepções mais arraigadas, valores fundamentais e sentimentos mais profundos) e a hegemonia burguesa expressa a episteme burguesa em seus paradigmas e ideologias hegemônicas, são outros obstáculos, desde o processo de início da intensificação das lutas até o momento da vitória da revolução proletária, e mesmo os seus resquícios ainda são problemáticos após sua concretização, principalmente se acompanhado por outros elementos contrarrevolucionários. Isso se manifesta no caso da reprodução da sociabilidade capitalista e mentalidade burguesa, expresso especialmente na questão da competição, mercantilização e burocratização (Viana, 2008). Esses dois últimos elementos estão intimamente ligados aos processos contrarrevolucionários (movimento do capital e mercantilização e burocracia), não só por pessoas de mentalidade burguesa, burocrática e mercantil, mas também por suas manifestações até em indivíduos revolucionários, e mais ainda em alguns que pensam ser revolucionários, mas reproduzem a mentalidade burguesa, aceitando ou reproduzindo o burocratismo e mercantilismo. Em nível mais ideológico, esse perigo se manifesta não somente nas ideologias conservadoras, mas nas pseudorrevolucionárias, tais como aqueles que usam os conceitos que expressam a sociedade capitalista para imaginar e propor a sociedade comunista (como mais-valor, estado, salário, etc.), sendo que, assim, propõem, no fundo, um capitalismo reformado, tal como o capitalismo estatal ou outras formas possíveis.

Assim, não é difícil perceber que a contrarrevolução pode assumir várias formas e que, no fundo, atua, concretamente, em várias frentes. Todas as lutas revolucionárias enfrentam lutas contrarrevolucionárias. Uma tentativa de revolução social significa que o antagonismo de classe se explicita, que a guerra civil oculta se torna guerra civil aberta. Ambos os lados vão usar as armas que

possuem. E em ambos os lados existem fraquezas, ambiguidades, limites, embates internos. Por um lado, o proletariado e o bloco revolucionário, apoiado pela maior parte das classes inferiores e alguns setores da sociedade, possuem contradições internas, ambiguidades, avanços e recuos setorizados ou no conjunto, etc. Por outro, a classe dominante possui divisões internas e processos que abrem brechas que podem fortalecer a luta operária.

A luta de classes é um processo complexo e no qual a classe capitalista detém o poder. É ela que toma a iniciativa, através do aparato estatal e das instituições civis da burguesia e empresas capitalistas, com o apoio de suas classes auxiliares. A guerra civil oculta é o processo no qual a classe capitalista é detentora do poder, da hegemonia, tomando iniciativa e controlando o proletariado e todos os possíveis elementos subversivos da sociedade. O proletariado e seus aliados (alguns ambíguos e que avançam ou recuam, desde classes sociais – como o lumpemproletariado e o campesinato – passando por setores da sociedade – juventude, intelectualidade, etc. – até chegar à parte do bloco revolucionário), por sua vez, fica preso na dominação e só toma iniciativa em casos pontuais, lutas espontâneas, ações específicas de determinado setor da sociedade, com limites e ambiguidades. É apenas em alguns momentos históricos específicos que ele avança e toma a iniciativa, chegando, em algumas ocasiões, ao nível mais elevado de tentar realizar a revolução ou se aproximar disso. É o caso das revoluções proletárias inacabadas. Quando essas emergem, a classe capitalista usa todos os seus recursos para combater a concretização da revolução proletária, tentando retomar a iniciativa e o controle da sociedade.

Esse processo é mais complexo por existirem setores na sociedade que são ambíguos e outros que aparentam estar do lado do proletariado e, no fundo, estão do lado da burguesia. Os setores ambíguos do bloco revolucionário e dos aliados em geral do proletariado é um desses casos que complexifica e dificulta a luta revolucionária do proletariado. O bloco progressista, no entanto, é outro obstáculo poderoso nesse processo, pois ele muitas vezes se coloca como “revolucionário”, como “alternativa” de gestão do capitalismo, entre outras possibilidades. Como ele tem vínculo e influência com as classes inferiores (desde o assistencialismo e filantropia até organizações – como partidos e sindicatos – que se aproximam e dizem representar os seus interesses) é um suposto “aliado” que, no fundo, é um inimigo e que sempre contribui com a contrarrevolução em diversas ocasiões (a social-democracia na Revolução Alemã e o bolchevismo na Revolução Russa são os exemplos clássicos, mas não únicos). E sua ação contrarrevolucionária não ocorre apenas quando

toma o poder estatal, mas antes da revolução, tal como através de sua confusão sobre o significado de “marxismo”, “comunismo” e “socialismo”, e durante o processo revolucionário com suas propostas de concessões contrarrevolucionárias no bojo de um movimento revolucionário, entre diversas outras práticas.

Nesse sentido, a contrarrevolução possui vários aspectos e assume várias formas. Uma teoria das formas de contrarrevolução ainda está por ser elaborada a partir das experiências históricas. Seria preciso aprofundar como ela se efetiva no plano cultural e mental, como o aparato estatal possui várias formas para efetivá-la, como o bloco progressista é uma das alternativas com o fracasso das formas anteriores, etc. A nossa intenção, aqui, foi apenas realizar uma síntese geral que precisa ser aprofundada, mas que tem o objetivo de alertar sobre os perigos da contrarrevolução e algumas de suas principais formas de manifestação.

Considerações Finais

Assim, qualquer teoria da revolução deve compreender a ideia geral de revolução social e compreender que em cada forma de sociedade a sua efetivação possui especificidades. As revoluções burguesas apresentaram uma dinâmica específica e as tentativas de revoluções proletárias apresentam outra dinâmica. Da mesma forma, para compreender as revoluções sociais, as tentativas de revoluções proletárias e suas derrotas, bem como sua possibilidade de vitória, requer entender as contrarrevoluções. Uma teoria da revolução proletária precisa ser complementada com uma teoria da contrarrevolução e suas formas.

Por fim, somente a pesquisa dos processos históricos permite superar os esquemas abstratificados produtores de modelos que desconsideram a realidade concreta e trocam os processos reais por fantasias e uso da imaginação abstratificadora, ou, ainda, modelos falsos ou formas que tinham validade num contexto específico, mas não em outros. A revolução é algo concreto, síntese de múltiplas determinações, e uma totalidade. A incompreensão disso significa não apenas dificuldade de apreensão teórica dos processos revolucionários, mas também limites para agir e lutar pela transformação radical do conjunto das relações sociais.

A revolução proletária é o caminho para a libertação humana, o que pressupõe a abolição do capitalismo. As diversas tentativas que foram derrotadas devem ser fontes de inspiração, por um lado, e elemento de reflexão e aprendizagem, por outro. Ao invés de simplesmente idolatrar e endeusar tais

experiências, é preciso analisar os seus processos, avanços e recuos, os elementos importantes e que devem ser reutilizados, bem como a ação contrarrevolucionária e equívocos. Nesse sentido, a pesquisa, a reflexão, sobre as experiências revolucionárias são processos fundamentais para que as futuras tentativas de revolução sejam vitoriosas. Se conseguimos fazer essa percepção emergir, o presente artigo cumpriu com o seu objetivo.

Referências

- ANWEILER, Oskar. *Los Soviets en Rusia*. 1905-1921. Madrid: Zero, 1975.
- BERNARDO, João. *Para Uma Teoria do Modo de Produção Comunista*. Porto: Afrontamento, 1975.
- BRINTON, Crane. *Anatomia das Revoluções*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1958.
- BRUNO, Lúcia. *O Que é Autonomia Operária*. 2ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A Experiência do Movimento Operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- COHAN, A. S. *Teorias da Revolução*. Brasília: Edunb, 1981.
- DECOUFLÉ, André. *Sociologia das Revoluções*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- GUÉRIN, Daniel. *Rosa Luxemburgo e a Espontaneidade Revolucionária*. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- HOBSBAWM, Eric. *Introdução*. In: MARX, Karl. *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*. 4ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- IBRAHIM, José. *Comissões de Fábrica*. São Paulo: Global, 1986.
- KAUTSKY, Karl. *As Três Fontes do Marxismo*. São Paulo: Global, 1980.
- LÊNIN, Wladimir. *Que Fazer?* São Paulo: Hucitec, 1988.
- LOPEZ, José C.; TURRADO, Manuel P. *La Comuna y el Proletariado*. Madrid: Zyx, 1966.
- MAILER, Phill. *Portugal: A Revolução Impossível?* Porto: Afrontamento, 1978.
- MARX, Karl, *Crítica ao Programa de Gotha*. In: MARX, Karl; KORSCH, Karl. *Crítica ao Programa de Gotha*. Goiânia: Edições Enfrentamento, 2023.
- MARX, Karl. *A Guerra Civil na França*. São Paulo: Global, 1986.
- MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 2ª edição, São Paulo: Martins Fontes, 1983.

- MARX, Karl. *O Capital*. 5 vols. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Global, 1982.
- MEIJER, H. C. *O Movimento dos Conselhos Operários na Alemanha. 1918-1921*. Coimbra: Centelha, 1976.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: Edunb, 1982.
- NASCIMENTO, Cláudio. *Rosa Luxemburgo e Solidarnosc*. São Paulo: Edições Loyola, 1988.
- PANNEKOEK, Anton. *Los Consejos Obreros*. Madrid: Zyx, 1977.
- SANTILLAN, Diego Abad. *Organismo Econômico da Revolução. A Autogestão na Revolução Espanhola*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- STURMTHAL, Adolf. *Consejos Obreros*. Barcelona: Fontannella, 1971.
- SZANTÓ, B. *La Revolución Húngara de 1919*. Barcelona: Grijalbo, 1977.
- TRAGTENBERG, Maurício. *Reflexões Sobre o Socialismo*. São Paulo: Moderna, 1988.
- TROTSKY, Leon. *A Revolução de 1905*. São Paulo: Global, 1980.
- VIANA, Nildo. *A Dialética Revolucionária*. Goiânia: Edições Redelp, 2024.
- VIANA, Nildo. A Revolução Polonesa. *Revista Enfrentamento*, Ano 11, num. 20, 2016. Disponível em: <https://redelp.net/index.php/renf/article/view/376/351>
- VIANA, Nildo. A Revolução Russa de 1905 e os Conselhos Operários. *Revista Em Debate*. Florianópolis, n. 04, 2010.
- VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania. A Dinâmica da Política Institucional no Capitalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003a.
- VIANA, Nildo. *Manifesto Autogestionário*. Goiânia: Edições Enfrentamento, 2026.
- VIANA, Nildo. *O Que São Partidos Políticos?* Goiânia: Edições Germinal, 2003b.
- VIANA, Nildo. *Universo Psíquico e Reprodução do Capital. Ensaio Freud-Marxistas*. São Paulo: Escuta, 2008.